



Agenda Ambiental Portuária (AAP) - 13 anos de vigência

No final dos anos 90, o Grupo Executivo para Modernização dos Portos (GEMPO) estabeleceu, de forma pioneira, ações para o Subsetor Portuário, enfocando a qualidade ambiental na atividade portuária.

Nessa época, o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GerCo), instituído no âmbito da CIRM, elaborou o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil, visando orientar as ações do Governo Federal nessa faixa de território. Nesse Plano, um conjunto de ações específicas referia-se ao Subsetor Portuário.

Em função das substanciais intervenções do Subsetor na Zona Costeira, o GI-GerCo entendeu ser necessário instituir um grupo de trabalho específico para tratar o assunto. Dessa forma, foi criado o Subgrupo de Trabalho para Preparação de uma Agenda Ambiental Portuária, com a incumbência de promover a adequação do Subsetor aos padrões ambientais em vigor, a partir do estabelecimento de mecanismos que possibilitassem o acompanhamento e o cumprimento das normas de proteção ambiental em todas as instalações portuárias. Nascia, assim, a Agenda Ambiental Portuária (APP).

Tão logo a Agenda foi promulgada, uma série de ações foram iniciadas, desencadeando a regulamentação ambiental específica para a adequação da atividade portuária,

sendo elaborados vários dispositivos legais, entre os quais a Lei nº 9.966/00 e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente 306/02 e 344/04.

Passados treze anos de vigência, período em que ocorreu um considerável avanço no processo de gestão portuária, a Agenda Ambiental está sendo repensada, observando os atuais padrões socioambientais. Há demandas urgentes da sociedade por ambientes mais saudáveis, cuja obtenção ocorra com um baixo custo à população.

O Subsetor Portuário adquiriu notório conhecimento em gestão ambiental e eficiência na sua execução ao longo desses anos. No entanto, os resultados alcançados ainda podem ser melhores. Para estimular o uso e ampliar os instrumentos de gestão, o Comitê de Articulação da AAP tem a missão de aproximar os agentes intervenientes, estimular as interlocuções, articular o alinhamento e apontar a evolução das ações que estão sendo operacionalizadas na área portuária.

Universidades farão parte do Grupo de Gerenciamento Costeiro

As universidades que desenvolvem pesquisas sobre o litoral brasileiro terão assento no Grupo de Integração do Gerenciamento

Costeiro (GI-GerCo). Esse espaço foi aprovado na 40ª Sessão Ordinária do GI-GerCo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, ampliando a orientação técnica do Grupo.

Além disso, os membros do GI-GerCo poderão acompanhar os novos estudos sobre o litoral, realizados pelas universidades. O representante acadêmico será escolhido durante o 4º Encontro dos Coordenadores de Cursos e Programas de Ciências do Mar (4º EnCoGrad-Mar), promovido pelo Comitê Executivo para Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPG-MAR).

Sistema de Modelagem Costeira (SMC)

Foi aprovada a criação do Comitê Gestor do Sistema, a fim de garantir a implementação a partir de 2013. Atualmente, o projeto piloto, realizado em parceria entre Brasil e Espanha, é desenvolvido na praia de Massaguaçu, no Estado de São Paulo, e novos pilotos, em Pernambuco e Alagoas, estão sendo negociados. O SMC permite prever mudanças no desenho da costa brasileira em função de intervenções físicas e conta com uma base de dados de ondas e de nível de marés dos últimos 60 anos. Com o Sistema, os gestores terão à disposição bases mais consistentes para a tomada de decisão.